

Em busca do fim do túnel

Durval de Carvalho.

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região

Pedimos desculpas antecipadas pela fragilidade teórica, porém esclarecemos ser esta uma tentativa de abertura do debate acerca dos caminhos da esquerda socialista revolucionária brasileira.

A conjuntura

Após o período de crescimento do pós-guerra, o início dos anos 70 marcou a abertura de mais uma crise do capitalismo mundial.

Assim, durante as décadas de 70 e 80, o mundo vivenciou uma vigorosa disputa de projetos para superação de mais essa onda descendente do capital.

Especificamente no Brasil, setores organizados da classe trabalhadora optaram por ingressar nessa disputa de projetos, retomando sindicatos das mãos de direções pelegas e do Estado intervencionista, reconstruindo o movimento popular e afirmando sua independência e autonomia em relação ao Estado e à burguesia, propagandeando a defesa de um socialismo radicalmente democrático.

Nesse cenário, surgiram o Partido do Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, inicialmente com frágeis, porém ousadas definições programáticas.

Apresentando-se à sociedade com um perfil classista e de grande combatividade, o PT e a CUT experimentaram um significativo crescimento orgânico e de influência junto à população, chegando ao final da década de 80, com reais possibilidades de enfrentamento das propostas burguesas para superação da crise econômica brasileira e mundial, em que pesem algumas significativas divergências internas, especialmente no que se referia a horizontes estratégicos e métodos de funcionamento, temas que dividiam, ainda com pouca nitidez, reformistas e revolucionários.

Com a vitória de Collor e a apatia que se instalou na militância de esquerda, iniciou-se no Brasil a implantação das políticas denominadas neoliberais, consistentes basicamente na abertura indiscriminada do país às

importações, na drástica redução da presença estatal na economia e na busca a qualquer custo de equilíbrio orçamentário, ainda que em prejuízo dos setores considerados deveres do Estado, como saúde, educação, previdência, saneamento e habitação.

Iniciava-se o processo de desmonte do Estado, parcialmente estancado pela queda de Collor e pouca legitimidade do governo Itamar.

No entanto, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda e, posteriormente, com a sua eleição à Presidência da República, abrem-se todas as condições para a adoção definitiva do projeto neoliberal, através da modificação na política cambial, possibilitando a inversão na balança comercial externa, por meio da avassaladora onda de privatizações, realizada para sustentar o Real sobrevalorizado e, finalmente, através do profundo corte de investimentos nas chamadas áreas sociais.

Frutos dessa política, gestada pelos governos do capitalismo central e pelo Fundo Monetário Internacional, o desemprego e a total precarização das condições de vida da maioria da população foram escondidos pela violenta propaganda do fim da inflação, o que possibilitou a FHC ser reeleito, mediante a promessa de sustentação do Plano Real e recuperação do nível de emprego.

Agora, naufragada a linha condutora do Plano Real, volta FHC, atrás de empréstimos, a bater às portas do FMI, entidade que transformou-se em órgão gestor da política econômica brasileira.

As esquerdas

Desde a derrota eleitoral em 1989, a esquerda brasileira entrou num período de fragmentação programática, com o aguçamento de divergências internas que antes, diante da crise dos anos 70 e 80, vinham sendo sufocadas pela perspectiva concreta de vitória e implantação de um programa democrático e popular de gestão do Estado.

É natural que setores pequeno-burgueses sintam-se atraídos pelo crescimento de uma organização política popular. Pequenos e médios empresários e intelectuais de pensamento não-socialista (portanto fora de nosso projeto estratégico) aproximam-se das lutas populares a fim de restaurar sua situação anterior, em contraposição ao apetite voraz do grande capital. Evidentemente, esses setores são esmagados pela onda de importações e mesmo pelo desemprego, que, indiretamente, reduz seus lucros, *status quo*, etc.

Daí que assistimos, na década de 90, ao crescimento de idéias e políticas desses setores não-socialistas no interior da esquerda, com uma cada dia mais clara divisão entre socialistas revolucionários e social-democratas.

Não identificamos neste cenário a presença de setores tipicamente socialistas reformistas, mas apenas de grupos ou indivíduos que, apesar de se reivindicarem do reformismo, apresentam um horizonte estratégico de “democratização” e “humanização” do capitalismo, o que, convenhamos, situa-se no terreno da social-democracia e não do socialismo.

Paralelamente, o agravamento das condições de vida da imensa maioria da população força a esquerda a retirar-se de um debate de rumos estratégicos, nos empurrando para uma espécie de “gestão da conjuntura”. Assim, somos chamados diariamente a apresentar propostas para solução do desemprego, da crise fundiária, dos problemas da previdência, etc.

Não há como nos furtar ao debate acerca da resolução dos problemas imediatos da população, pois vivemos hoje e devemos nos preocupar também com o hoje.

No entanto, o crescimento vertiginoso desta demanda conjuntural termina por nos absorver por completo, retirando-nos a capacidade de inserir nossas ações cotidianas num projeto estratégico, de luta pelo socialismo.

Esta dinâmica é vivida por todos os militantes sindicais e de associações populares, bem como pelos ativistas de esquerda que passam a ocupar postos eletivos do Estado. A grandiosa maré do dia-a-dia empurra os socialistas, na melhor das hipóteses, para o reformismo escancarado. Some-se a isto a igualmente grande pressão corruptora da máquina estatal e sindical, seja através do distanciamento ideológico, seja pela via do encantamento com as migalhas de poder.

Neste sentido, o setor socialista da esquerda brasileira encontra-se atolado no pântano do reformismo, enquanto assiste aos verdadeiros social-democratas (que não estão no PSDB) em seus desvoltos debates no Congresso Nacional.

Algumas saídas têm sido tentadas, através da criação de organizações políticas novas, porém abandonando o patrimônio de massas e de ícones, construído pela parcela mais combativa da esquerda brasileira nos anos 80. Embora reconheçamos a pureza de objetivos dessas organizações, caminhando com elas em diversos momentos e considerando seus membros indispensáveis ao socialismo, não podemos concordar com o abandono das referências de classismo e combatividade que ajudamos a construir, inclusive com as vidas de várias pessoas.

Assim, nem todos sentem-se confortáveis com a “nova esquerda” reformista.

Muitos permanecem ancorados no firme propósito de lutar cotidianamente pela construção do socialismo, através da radical democratização do

Estado, levada a efeito por um amplo movimento de massas, organizado a partir da base das organizações populares, com um leque de reivindicações imediatas, mas com a certeza de que a realização de seu programa máximo de gestão social somente será possível em outra sociedade, onde não haja apropriação privada dos resultados da produção coletiva.

Temos exemplos até mesmo de gestões municipais que, subvertendo a lógica de concentração de poder, passaram a contribuir diretamente com os movimentos sociais organizados, chegando a fomentar a participação popular na tomada de decisões centrais, como os destinos das verbas públicas, contribuindo para desmistificar o poder institucional.

Penso ser absolutamente oportuna a observação cuidadosa e carinhosa desta experiência embrionária de construção de um novo tipo de exercício do poder.

Nossos programas

Parece-nos oportuno reafirmar alguns dos princípios que nos unem. Procuramos com isso estabelecer pontos consensuais de partida para um aprofundamento programático de caráter estratégico, com vistas à unificação das ações futuras. Não nos atrevemos a elencar novidades, objetivando, antes, retomar fundamentos que, por sua justeza, merecem nortear cada uma de nossas ações diárias.

Após, acreditamos ser necessário elencar nossas principais preocupações conjunturais, contribuindo para a gestação de um programa mínimo e imediato a ser implementado e reivindicado.

Por fim, tentamos estabelecer um elo de ligação entre as tarefas exigidas pela conjuntura e nosso horizonte estratégico, através da identificação de alguns projetos de transição.

Um pouco de programa máximo

Defendemos a mais completa *socialização dos meios de produção*, como forma de construção de uma sociedade sem classes, onde todas as pessoas tenham iguais possibilidades de realizar suas potencialidades.

De forma alguma pretendemos reduzir o processo de construção do socialismo a uma espécie de “grande dissídio coletivo”, que se restrinja apenas às questões ligadas ao emprego, salário e distribuição da riqueza.

Nosso objetivo é contribuir na *construção de um novo patamar de relações humanas*, ou, segundo Dario Renzi, socialista revolucionário italiano (*Socialização como idéia-força*): “A reconquista das mulheres e dos ho-

mens sobre as coisas que os oprimem sob a forma de mais-valia expropriada é a reconquista sobre si próprios, encarnados e negados pela figura dos capitalistas. Reapropriar-se das coisas significa reconciliar-se com o próprio eu. O relançamento da civilização coincide com o reencontro com a vida.

Socializar os instrumentos, o trabalho, o tempo, o saber, os lugares, significa socializar-se a si mesmo, coletiva e individualmente, realizar-se reencontrando-se no outro-outra como objetivo e estímulo de crescimento, reconhecendo o caráter básico e a complexidade dos sentidos reprimidos, recuperando a memória comum e o gosto pelas pequenas coisas tanto quanto pelas grandes, redesenhando conscientemente o futuro, buscando e criando as respostas para as novas necessidades, descobrindo e realizando a riqueza dos sentimentos, até agora muito parcialmente conhecidos, identificando e expressando capacidades e exigências comprimidas e no entanto presentes na mente de cada um/uma reabilitando as emoções e trazendo à luz capacidades inteligentes insuspeitadas, todas diferentes, todas concordantes também, por meio de discussões pacíficas. A razão do coletivo, entendida como razão racional mas apaixonada, como intelecto coletivo, quente, palpitante, nunca substitutivo dos entes individuais, encontrará seu caminho através de uma nova maneira de conceber o cotidiano do fazer e do refletir, do projetar e do conhecer, do produzir e do amar”.

Mas, reivindicando-nos da tradição libertária, rejeitamos integralmente, como premissa, a edificação de um socialismo sem a mais radical democracia. *Acreditamos serem essencialmente indissociáveis o socialismo e o autogoverno da população*, exercido por todos, precisamente, para a elevação do compromisso de todos com o crescimento da humanidade. Qualquer sistema autoritário que se intitule socialismo estará em contradição por negar a razão maior de nossa luta, como já dissemos, mais ampla que a simples expropriação dos meios de produção.

Assim, entendemos que o socialismo somente conseguirá sair de nossos sonhos e alcançar mentes e corações do mundo, caso se configure num espetacular salto democrático que possibilite a liberação de energias transformadoras.

No mesmo sentido, *não enxergamos qualquer possibilidade de realização do socialismo, senão em escala mundial*, ainda que seu espraiamento ocorra de forma desigual. As necessidades das populações hoje acondicionadas nos Estados nacionais complementam-se com as possibilidades umas das outras e, portanto, a cooperação solidária entre os povos é condição igualmente essencial para a emancipação da humanidade.

Elementos para um programa imediato

Penso ser plenamente possível, através da reversão das políticas neoliberais, impulsionar a geração de milhões de *empregos* a curto prazo.

A imensa maioria da população brasileira encontra-se desprovida de qualquer infra-estrutura de vida, como saneamento básico, água, energia elétrica, transporte, etc, sem falar das políticas sociais.

Assumindo o que entendemos ser dever do Estado em qualquer época — prover condições básicas de vida à população —, a retomada de investimentos públicos no setor de infra-estrutura possibilitará, num só ato, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida do povo.

Neste momento em que trabalhadores dos setores público e privado são atacados violentamente em seus direitos previdenciários, em que milhares de pessoas vêem sua aposentadoria cada vez mais longe, em que dezenas de milhares de empregados se encontram às voltas com acidentes de trabalho e doenças profissionais, devemos, com essas pessoas, levantar a bandeira de *reconstrução de nosso sistema previdenciário*, orientado ao atendimento humano dos problemas relativos à seguridade social, elevando o INSS ao patamar de órgão de realização das políticas previdenciárias para toda a população.

Paralelamente à infra-estrutura física, assumem importância crucial investimentos em *educação e saúde* públicas. Corrigir o débito social com a educação em massa e de qualidade e a implantação de amplos programas de atendimento curativo e preventivo de doenças típicas do desequilíbrio econômico capitalista, aproveitando-nos de projetos já implantados e vitoriosos de educação e saúde é tarefa imediata.

Em igual prioridade, devemos atacar com radicalidade as crises habitacional e fundiária, financiando a proliferação de dignas *moradias populares*, em programa conectado com a realização de uma *reforma agrária* que se preocupe não com a distribuição indiscriminada de títulos de propriedade individual, mas que privilegie formação de organizações coletivas de produtores e a assistência aos assentados, através de verbas e condições técnicas para a exploração racional da terra.

Evidentemente, a realização destes programas imediatos demanda pesados investimentos estatais. A reforma fiscal levada a efeito recentemente por FHC em nada nos serve, eis que apontada para aumentar a carga tributária sobre os assalariados públicos e privados e aposentados.

Será necessária uma *inversão de público fiscal*, através de uma reforma profunda, tendo como alvos os grandes capitais especulativos e as grandes fortunas. Serão imprescindíveis, ainda, moratória e auditoria na dívida

interna e o não pagamento da dívida externa. É inteiramente inadmissível que a remuneração de capitais nitidamente especulativos paralise a capacidade de investimento da União, dos Estados e dos municípios.

Aspecto fundamental de nosso programa socialista, a *democratização radical do Estado* pode e deve se iniciar ainda nos marcos da dominação burguesa.

Nosso exemplo de formulação do orçamento municipal através de conselhos populares tem atraído milhares de pessoas, normalmente desligadas da política, para debates intensos sobre os rumos da cidade, elevando o nível de compromisso da população com a gestão pública e criando uma nova e radicalmente democrática cultura de participação política.

Nosso método

Devemos ter em mente que o método de ação política não pode se dissociar dos objetivos programáticos. O stalinismo já revelou ao mundo que não se pode pretender construir uma sociedade real e profundamente democrática utilizando-se do obscurantismo, da exclusão e da intolerância.

Neste sentido, propagandecemos, defendemos e praticamos diariamente a democracia socialista como a mais poderosa ferramenta para a tomada, pelo povo, das rédeas de seu destino.

Não se pode reivindicar a democratização do Estado se somos intolerantes à divergência em nossos partidos políticos, entidades sindicais, estudantes, populares e mesmo em nossos lares.

Não temos o direito de sonhar com a democracia racial, etária, de gênero, se, todos os dias, alimentamos com atitudes, pequenas ou grandes, a segmentação social.

Não se trata, em absoluto, de propor a atomização social, o individualismo exacerbado, egoísta. Trata-se, antes de tudo, de construir um método de trabalho político orientado para a solidariedade, para a liberdade de manifestação de culturas, idéias e valores. Pois assim estaremos, quem sabe, refundando um novo tipo de esquerda capaz de travar a batalha chave da contra-hegemonia.

Somente assim, criaremos as condições necessárias para, pelo convencimento e persuasão, unificar nossas ações táticas e estratégicas, pois somente mulheres e homens livres podem engajar-se de alma e corpo na construção do socialismo como expressão de um mundo novo.